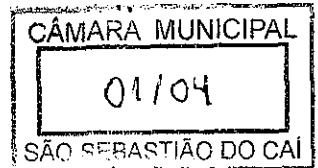
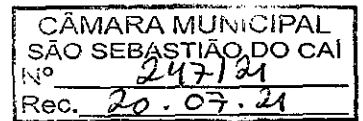


Retirado pelo
Autor
Gustavo Tavares
Gustavo Tavares
Auxiliar Legislativo I
Mat. 4100



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ

PROJETO DE LEI Nº 073/2021

**DISPÕE SOBRE A IMPLANTAÇÃO DO
PROGRAMA DE PAVIMENTAÇÃO
COMUNITÁRIA DE VIAS PÚBLICAS,
AUTORIZA A FIRMATURA DE
PARCERIAS PARA SUA EXECUÇÃO E
DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

JÚLIO CÉSAR CAMPANI, Prefeito Municipal de São Sebastião do Caí.

FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu, no uso das atribuições que me confere a Lei Orgânica do Município, sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1º Fica criado, no âmbito do Município, o Programa de Pavimentação Comunitária, visando à pavimentação de vias públicas, com os seguintes objetivos:

I - Expandir a pavimentação de vias públicas no Município de São Sebastião do Caí;

II - Promover a iniciativa popular, participação comunitária e o associativismo;

III - Distribuir os benefícios públicos de infraestrutura, de acordo com a apresentação de demandas por parte da população;

Art. 2º Caracteriza-se como pavimentação comunitária aquela em que ocorre a participação direta, pela comunidade organizada em forma Núcleo ou Associação de Moradores, do custeio e execução da pavimentação de vias públicas, observado o disposto nessa Lei e mantidas as responsabilidades do Município na autorização, projeto, acompanhamento, fiscalização e aceite da obra.

Art. 3º Será pré-requisito para realização da pavimentação comunitária a qualificação técnica da empresa fornecedora do revestimento, observado o disposto no artigo 4º e no inciso II do artigo 13 desta Lei.:

I - habilitação jurídica;

II - qualificação técnica;

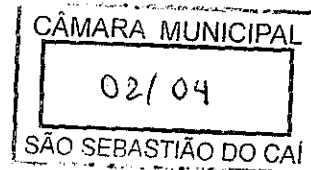
III - qualificação econômico-financeira;

IV - regularidade fiscal.

Art. 4º As obras de pavimentação comunitária poderão ser executadas com revestimentos de pedra basalto em forma de paralelepípedo regular, blocos de concreto do tipo PAVS, ou CBUQ (asfalto).

Art. 5º O Município irá fornecer as informações, orientações e modelos de documentos necessários para encaminhamento de solicitação, aprovação e execução da pavimentação comunitária, bem como irá assegurar a participação de técnicos e servidores municipais em reuniões comunitárias, para prestar esclarecimentos e orientações necessárias.

Julio



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ

Art. 6º Somente será autorizada a negociação para a execução de serviços nas vias públicas nas quais a adesão for igual ou superior a 80% (oitenta por cento) dos proprietários ou possuidores beneficiados, observado o disposto no artigo 2º desta Lei.

Parágrafo único: Caberá ao Município a execução e pagamento da pavimentação relativa aos trechos cujos proprietários não tenham aderido ao programa.

Art. 7º Para a obtenção dos serviços definidos na presente lei, a Associação ou Núcleo de moradores interessados protocolará, no setor competente da Prefeitura, requerimento acompanhado da Ata da Assembleia que aprovou, pela maioria de 80% (oitenta por cento) a execução da obra, ou documento assinado pelo núcleo de moradores manifestando a aprovação da realização dos serviços.

Parágrafo único: A Ata ou documento assinado pelo núcleo de moradores deverá conter seus nomes completos, a indicação dos lotes dos quais são proprietários, e números de seus CPF e RG.

Art. 8º Os proprietários ou possuidores a qualquer título de imóveis beneficiados por obras de pavimentação comunitária e que não aderirem a mesma, sofrerão incidência de contribuição de melhoria, em valor não inferior ao pago pelos participantes (por metro quadrado) e limitado a valorização de seu imóvel.

Art. 9º Os proprietários ou possuidores a qualquer título de imóveis beneficiados com a execução da obra, que inicialmente não aderirem ao Programa, poderão fazê-lo até a publicação do Edital de lançamento da Contribuição de Melhoria.

Art. 10. O Município dará preferência para execução de obras de pavimentação comunitária para solicitações que contem com adesão de 100% (cem por cento) dos proprietários de imóveis, independente da data de seu requerimento.

Art. 11. Poderá o Executivo determinar dotação orçamentária específica para pavimentações comunitárias, e determinar prazos para protocolo de solicitações de adesão.

Art. 12. Fica o Poder Executivo autorizado a firmar parceria com Associações ou Núcleo de moradores do Município objetivando realizar, em parceria com as empresas cadastradas, a pavimentação das ruas e estradas municipais.

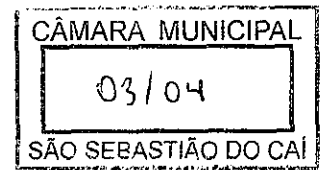
Parágrafo único: Será condição para o início da execução a apresentação dos contratos firmados entre moradores signatários e empresa fornecedora.

Art. 13. A execução da pavimentação comunitária será custeada de forma compartilhada entre o Município e os proprietários ou possuidores a qualquer título de imóveis diretamente interessados na pavimentação, mediante adesão ao Programa de Pavimentação comunitária, na seguinte proporção

I - Será de responsabilidade do Município:

a) Elaboração do projeto de pavimentação, com a indicação do material de revestimento, de acordo com as normas técnicas exigidas pela legislação municipal;

b) Preparação do terreno para o recebimento da pavimentação, no que tange a topografia, execução de terraplenagem, fornecimento e colocação de meios-fios e de canos de concreto para esgoto pluvial e bueiros, além do fornecimento do pó de brita ou outro material equivalente necessário;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ

- c) Emissão de autorização para início de obra;
- d) Contratação da empresa executora da obra;
- e) Aprovação prévia do material de revestimento que vier a ser executado;
- f) Fiscalização e recebimento da obra.

II - Será de responsabilidade dos proprietários ou possuidores a qualquer título de imóveis interessados na Pavimentação comunitária:

- a) Adesão ao Programa de Pavimentação comunitária de que trata esta lei;
- b) Aquisição, pagamento e fornecimento, na integralidade, do material de revestimento que vier a ser executado na obra, nos termos do artigo 4º;
- c) o acompanhamento e fiscalização da obra, em conjunto com o Município;

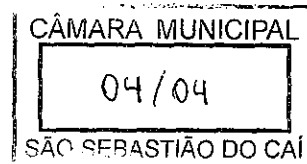
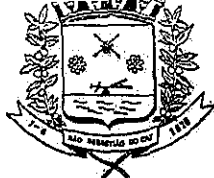
Art. 14. As despesas decorrentes da presente lei correrão à conta de dotação orçamentária própria.

Art. 15. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação e será regulamentada no que couber.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Sebastião do Caí,



JÚLIO CÉSAR CAMPANI
Prefeito Municipal.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Senhor Presidente,

Senhores Vereadores!

A pavimentação comunitária é um instrumento de parceria, de reconhecido sucesso, entre cidadãos e Município, que busca incentivar e acelerar os investimentos em pavimentação de vias, uma das principais demandas da população caienses.

Basicamente, as despesas para pavimentação de vias são divididas entre os cidadãos, aos quais cabe o pagamento do revestimento – geralmente blocos de concreto do tipo PAVS - e municipalidade, a qual cabe o projeto, base e serviços necessários a execução da obra.

A pavimentação comunitária é uma ação de ganhos mútuos, na qual comunidade se organiza, participa e reivindica a execução da obra pública que, sem esse sistema, certamente demandaria mais tempo, dada a limitação dos recursos públicos. Trata-se de um investimento, tanto em qualidade de vida como na imediata valorização imobiliária. Já o Município, contando com a participação e investimento comunitário, passa a pavimentar mais vias, expandindo e acelerando a execução da infraestrutura urbana.

Importante ressaltar que a pavimentação comunitária passa a ser mais um meio para a viabilização das obras de infraestrutura, a se somar aos investimentos executados integralmente pelo Município, que serão certamente mantidos e expandidos ao longo dos próximos anos.

Pelo exposto, solicito aos Nobres Edis, que o referido Projeto de Lei seja votado e aprovado nos termos ora propostos.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Sebastião do Caí, aos 20 dias do mês de julho de 2021.



JÚLIO CÉSAR CAMPANI
Prefeito Municipal